

MULTITERRITORIALIDADE IMPOSTA POR BELO MONTE AOS REMOVIDOS PARA O RUC SÃO JOAQUIM: ENTRE VIOLÊNCIAS E RESISTÊNCIAS

Bruno Alves dos Santos
José Queiroz de Miranda Neto

RESUMO

Este artigo investiga o processo de construção de novas territorialidades e as relações de pertencimento entre os sujeitos atingidos pela implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, focando especificamente no Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) São Joaquim, localizado em Altamira, Pará. O estudo explora a problemática da transformação territorial provocada pela construção da usina, que desencadeou um processo de desterritorialização e subsequente reterritorialização entre os moradores deslocados. O principal objetivo é desvendar como esses moradores, agora realocados no RUC, desenvolvem novas formas de pertencimento e territorialidade, que reconstróem suas vidas em um contexto radicalmente alterado. Utilizando uma abordagem metodológica qualitativa, a pesquisa se apoia em trabalho de campo, entrevistas, dados secundários e fotografias no sentido de entender as vivências e percepções dos residentes do RUC. Os achados do estudo destacam a emergência de novos territórios e práticas espaciais dentro do RUC São Joaquim, ressaltando a existência de uma multiterritorialidade e a interação dinâmica com diversos grupos sociais. A desterritorialização enfrentada pelos moradores teve profundos impactos em suas relações sociais e identidade territorial, ocasionando uma profunda reconfiguração do espaço urbano e da dinâmica comunitária. Enfrentando diversos desafios, os moradores trabalham na reconstrução de relações de vizinhança e na reafirmação de sua territorialidade, num esforço para adaptar-se e encontrar sentido no novo ambiente urbano que agora habitam.

Palavras-Chave: território; multiterritorialidades; RUC São Joaquim; Altamira-PA

IMPOSED MULTITERRITORIALITY BY BELO MONTE ON THOSE RELOCATED TO THE SÃO JOAQUIM RUC: BETWEEN VIOLENCE AND RESISTANCE

ABSTRACT

This article investigates the process of constructing new territorialities and the sense of belonging among individuals affected by the implementation of the Belo Monte Hydroelectric Plant, specifically focusing on the São Joaquim Collective Urban Resettlement (RUC) located in Altamira, Pará. The study explores the issue of territorial transformation triggered by the construction of the plant, which led to a process of deterritorialization followed by reterritorialization among the displaced residents. The main objective is to uncover how these residents, now relocated to the RUC, develop new forms of belonging and territoriality as they rebuild their lives in a radically altered context. Using a qualitative methodological approach, the research is based on fieldwork, interviews, secondary data, and photographs to understand the experiences and perceptions of the RUC residents. The study's findings highlight the emergence of new territories and spatial practices within São Joaquim RUC, emphasizing the existence of multiterritoriality and dynamic interactions with various social groups. The deterritorialization faced by the residents had profound impacts on their social relationships and territorial identity, leading to a significant reconfiguration of urban space and community dynamics. Facing various challenges, the residents work on rebuilding neighborhood relationships and reaffirming their territoriality in an effort to adapt and find meaning in the new urban environment they now inhabit.

Keywords: territory, multiterritorialities, RUC São Joaquim, Altamira-PA

Introdução

Nesta pesquisa, investiga-se sobre como se desenvolve a construção das novas territorialidades e as relações de pertencimento dos impactados pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte que residem no Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) São Joaquim, localizado na cidade de Altamira-PA. O estudo concentra-se na análise da territorialidade dos moradores deste RUC, uma vez que esses indivíduos possuem uma organização socioespacial construída nesse contexto vivido, correspondente à formação do pertencimento identitário. Ao mesmo tempo, busca-se compreender como essa dinâmica implica na afirmação do princípio da multiterritorialidade na constituição de seu território.

O contexto urbano de Altamira-PA foi profundamente alterado pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que inundou áreas abaixo da cota altimétrica de 100 metros acima do nível do mar, designadas como Área Diretamente Afetada (ADA). Essa medida foi tomada para prevenir as inundações em área ocupada, que já chegou a atingir 99,27 metros em 1980. A ADA Urbana abrange quatro áreas distintas: a orla de Altamira e as áreas urbanas ao longo dos igarapés Altamira, Pannels e Ambé. As pessoas que viviam nessas áreas foram indenizadas ou reassentadas em seis loteamentos construídos entre 2013 e 2015: São Joaquim, Jatobá, Água Azul, Casa Nova, Laranjeiras e Tavaquara.

Entende-se que, ao se apropriarem e qualificarem o novo ambiente em que vivem, os indivíduos se organizam e estabelecem territórios, mobilizando e exercendo poder, assumindo a posição de atores ou agentes territorializados (Di Méo, 2007). A ação da ocupação humana torna-se, assim, uma das manifestações primordiais para o princípio da territorialidade (Heidrich, 2010). Nesse contexto, a transformação dos territórios no município de Altamira-PA resultante da apropriação do espaço pelo empreendimento hidrelétrico de Belo Monte é parte de um conflito de territorialidades gerado pela territorialização da barragem e pelo processo de desterritorialização/reterritorialização dos seus atingidos (Nunes, 2021).

Tem-se, portanto, como objetivo, compreender como os moradores do RUC São Joaquim em Altamira-PA constroem novas formas de pertencimento e territorialidade após a sua remoção devido à construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte em território habitado.

A implantação da UHE Belo Monte e o subsequente processo de reassentamento dos atingidos urbanos geram os fenômenos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, uma vez que esses eventos ocorreram de maneira simultânea. Essa compreensão foi possibilitada pela natureza dos processos em questão, os quais, desde os primeiros estágios de ocupação da cidade de Altamira, foram marcados pela perda da territorialidade anteriormente concebida. Esse fenômeno foi notadamente observado no percurso dos antigos moradores dos “baixões” (áreas sujeitas a alagamentos) que inicialmente circundavam os igarapés do município.

Agora, esses processos são definidos pela inserção dos sujeitos em novas áreas, marcadas por relações distintas, embora não excluam completamente as antigas. Nesse caso, após a mudança para este RUC, os atingidos pela usina precisaram se adaptar às novas territorialidades impostas pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Este ajuste não apenas redefine suas relações espaciais, mas também delinea uma complexa interseção entre os antigos vínculos territoriais e as demandas e imposições do novo ambiente resultante do processo de reassentamento.

Desta maneira, torna-se fundamental compreender o processo contínuo presente nas configurações multiterritoriais dos moradores deste RUC. Esse fenômeno ocorre na interligação entre a apropriação e dominação, concreta ou simbólica, do espaço pelos sujeitos, assim como as expressões de identificação e pertencimento que englobam aspectos materiais e simbólicos em relação ao território. Esta análise se apoia em propostas teóricas que envolvem os conceitos de território e suas diversas nuances, sobretudo fundadas em Haesbaert (1994, 2004, 2005, 2007a), Souza (2013) e Saquet (2010, 2015).

A metodologia adotada é do tipo qualitativa e envolve pesquisa de campo e entrevistas com os moradores do RUC São Joaquim. Foram coletadas as experiências de 23 participantes, sendo 12 selecionados com base em critérios específicos: terem sido remanejados e indenizados pela Norte Energia S.A (NESA), enquanto os demais adquiriram suas casas após o remanejamento (por meio de compra, sem interveniência da empresa). O período de coleta de dados ocorreu de junho a outubro de 2023, com entrevistas individuais gravadas em áudio e posteriormente transcritas para análise. A faixa etária dos entrevistados variou entre 25 e 67 anos, com participação de apenas dois homens, enquanto as demais entrevistadas foram mulheres. O tempo das entrevistas também variou, algumas durando cerca de 40 minutos e outras se estendendo até 2 horas, refletindo a profundidade e complexidade das narrativas compartilhadas pelos participantes.

As entrevistas foram abertas, em geral com perguntas pouco direcionadas, de modo a buscar compreender as experiências e percepções dos moradores em relação à construção de novas formas de pertencimento e territorialidade após a remoção. Essa abordagem qualitativa permite uma análise das práticas espaciais, das relações sociais e da identidade territorial dos moradores, entendimentos pertinentes sobre os impactos dessa mudança nos moradores.

Território e multiterritorialidade: materialidades e simbolismos

O conceito de território e suas derivações são fundamentais na Geografia, sendo amplamente discutidos como ferramentas essenciais para a análise da realidade humana. O território é o recorte espacial definido por relações de apropriação, poder e de controle sobre recursos e fluxos baseado em aspectos políticos, econômicos e culturais (Haesbaert, 2006; Saquet, 2007; Sposito, 2004), sendo um recurso teórico fundamental para compreender a relação entre a sociedade e seu espaço (Haesbaert, 2004).

O território contém formas diversas de apreensão e de manifestação individual e coletiva de um Estado, grupo cultural, classe social ou atividade econômica. Neste sentido, o território é fruto da ação dos atores sociais, os quais dominam e se apropriam dos espaços, transformando-os em território, o que se dá a partir das relações de poder entre os atores sociais (Haesbaert, 2004, 2005, 2007, 2007a). Ou seja, ao habitar um espaço e tomar consciência deste, as pessoas o transformam em um território (Haesbaert, 2007).

Nesta perspectiva, Sousa (2013) acentua que o

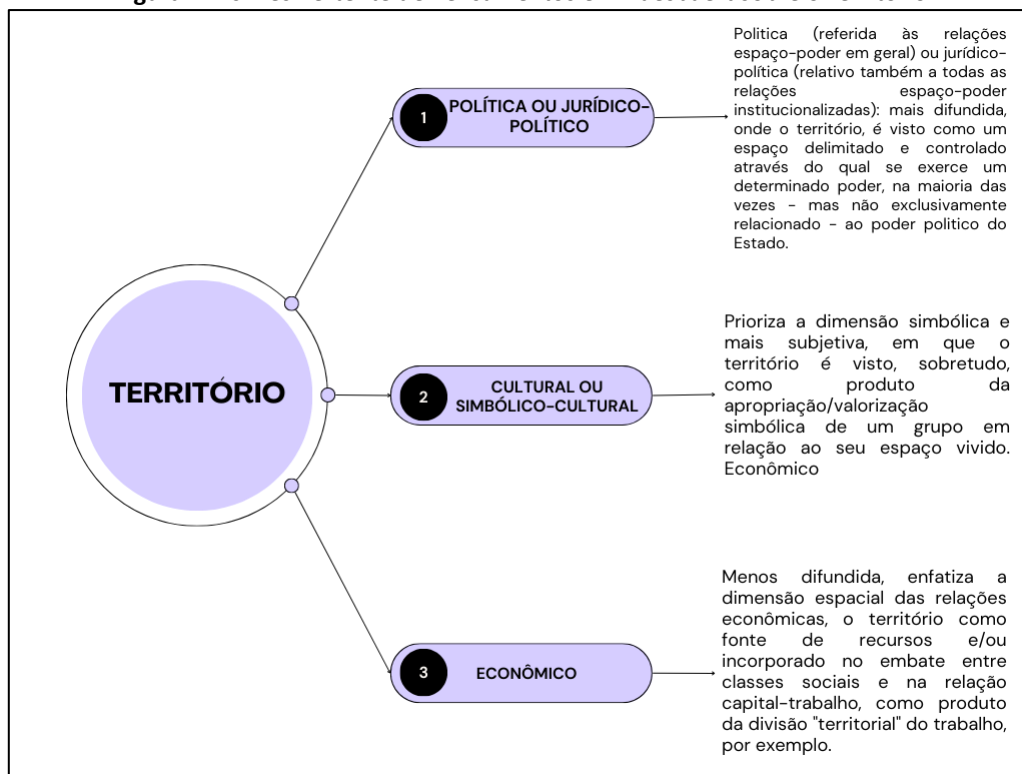
território [...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de interesse crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por torná-lo ou mantê-lo (...), mas o verdadeiro Leitmotiv traz embutida, ao mesmo tempo um ponto de vista não interessado em escamotear conflitos e contradições sociais, a seguinte questão inseparável, uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como? (Souza, 2013, p. 89).

Souza (2013) compreende o território “como uma projeção espacial de uma relação de poder, o território é, no fundo, em si mesmo uma relação social” (Souza, 2013, p. 35). Saquet (2010)

aborda as múltiplas faces do território, que na sua abordagem de análise podem ser agrupadas em pelo menos quatro vertentes: a) uma relacionada ao território do cotidiano; b) outra dizendo respeito ao território das trocas; c) uma terceira compreendendo um território de referência (referimento) e; d) finalmente, uma vertente associada ao que denomina território sagrado (Saquet, 2010, p. 150).

Já Haesbaert: (2004) acerca do conceito do território, leva em consideração três vertentes de pensamento: jurídico político, cultural e econômica, as quais são necessárias para fazer as interligações para melhor compreender conceito de território. De forma sintética, as várias noções de território na perspectiva de Haesbaert (1995); Haesbaert e Limonad, (2007). Essas três vertentes são apresentadas na figura 1.

Figura 1: As Três Vertente de Pensamentos em Haesbaert sobre o Território



Fonte: Haesbaert (2004. P. 40). Elaborado pelo autor

De acordo com Haesbaert (2006), o território pode ser entendido a partir dos termos (i) políticos e/ou político-jurídicos e históricos, quando se refere à ação do Estado; em termos (ii) econômicos, quando este estar associado à apropriação econômica dos espaços, derivada da divisão

territorial do trabalho e da luta de classes; e, em (iii) termos culturais, identificado com relações simbólicas – individuais ou coletivas – com o espaço.

Haesbaert (1994, 2004, 2005, 2007a) defende, ainda, que o território envolve simultaneamente “materialidade e simbolismo”, sendo entendido como um espaço delimitado e controlado que é repleto de apropriações identitárias e representativas, relacionada aos processos de construção e constantes transformações do espaço geográfico e sua definição concreta depende da corrente de pensamento, contudo sua conceituação está comumente associada a relação de poder em determinada porção do espaço (Neves, 2019, p. 28).

Nesta perspectiva, Saquet (2015) destaca que a materialidade do território não está somente em uma base material, mas que está se dando através das relações sociais, ou seja, o território é produto das organizações sociais. Desta maneira, os territórios são socialmente construídos e seus efeitos dependem de quem está controlando quem e para quais propostas (Saquet, 2015, p. 84).

Neste sentido, tem-se a territorialidade, que se refere à interseção de espaço, lugar e relações sociais, e de como essas dinâmicas moldam as experiências, identidades e relações de poder de indivíduos e grupos, explorando a sua natureza multifacetada e os vários fatores que contribuem para a formação, contestação e implicações dos territórios. Dessa forma, a territorialidade permeia as relações de poder político, marcadas pelo movimento das relações sociais e pela complexidade das forças produtivas, e os símbolos de diferentes grupos sociais, envolvem tanto a dinâmica econômica quanto seus sujeitos sociais (Neves, 2019).

É neste cenário que a dinâmica das relações sociais estabelece territorializações, desterritorializações e reterritorializações. Ou seja, estes processos de configurações territoriais, ao quais expressam múltiplos territórios e multiterritorialidades (Silva, 2014, p. 55). Pois, assim, os

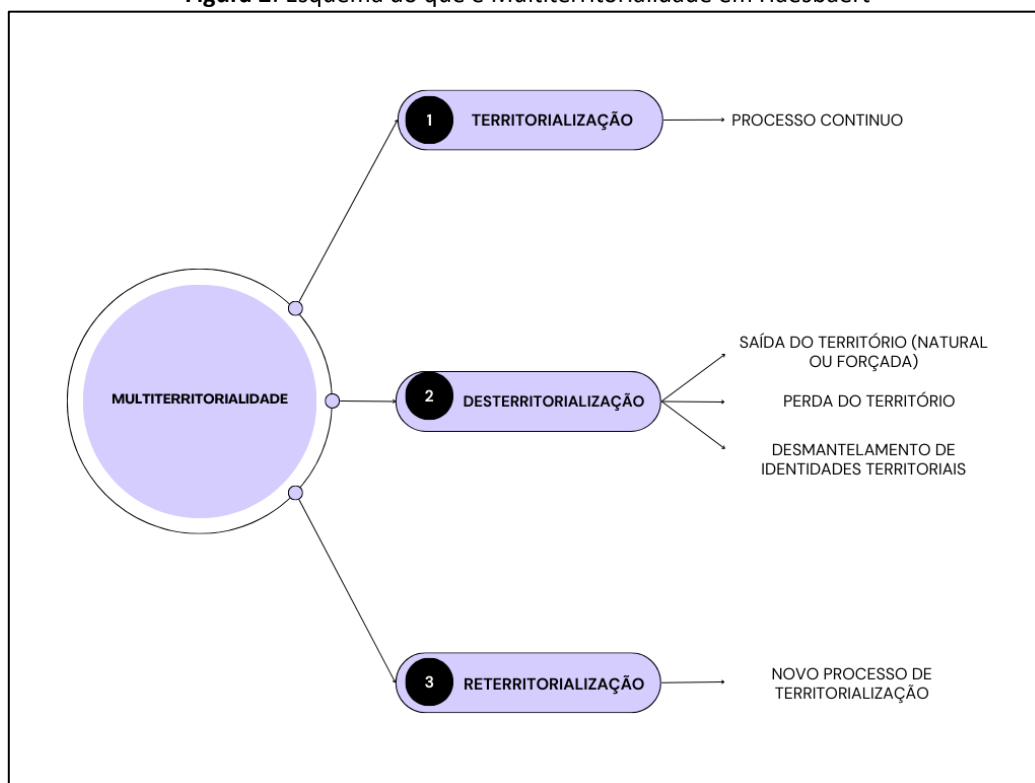
territórios plurais se manifestam de duas maneiras diferentes: através da multiplicidade de territórios e da pluralidade de jurisdições (territorialidades). A pluralidade de territórios, pode ser entendida de duas formas nos “territórios plurais”, uma no conjunto justaposto de territórios e outra no conjunto superposto de vários territórios. A territorialidade, não é vista como algo concreto, sendo abstrata. Por fazerem uma separação entre o território material e o simbólico, muitos não conseguem compreender a diversidade da “multiterritorialidade” existente (Corrêa *et al*, 2021, p. 324).

Haesbaert (2006) reivindica o uso da noção de multiterritorialidade à dinâmica combinada de múltiplos territórios em termos de justaposição e convivência da diversidade territorial representada pelas dimensões sociais, escalas e dinâmicas. Ao teorizar quanto aos processos de des-re-territorialização, Haesbaert considera que a

Multiterritorialidade aparece como uma resposta a esse processo identificado por muitos como “desterritorialização”: mais do que a perda ou o desaparecimento dos territórios, propomos discutir a complexidade dos processos de (re)territorialização em que estamos envolvidos, construindo territórios muito mais múltiplos ou, de forma mais adequada, tornando muito mais complexa nossa multiterritorialidade (Haesbaert, 1997, 2001a, 2002a, 2004).

Segundo o autor, a multiterritorialidade é “a forma dominante, contemporânea ou 'pós-moderna' da reterritorialização” (Haesbert, 2004, p. 338). Portanto, a multiterritorialidade manifesta-se na experimentação simultânea de vários territórios, formando uma territorialização efetivamente múltipla, em que cada interação significa interação territorial, assim, uma interseção de diferentes territórios. Ou seja, as diversas configurações territoriais presente na contemporaneidade. Desta forma, a multiterritorialidade é decorrente de um processo contínuo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, conforme esquema abaixo.

Figura 2: Esquema do que é Multiterritorialidade em Haesbaert



Fonte: Baseado em Haesbaert (1997, 2001a, 2002a, 2004). Elaborado pelo autor

Barel (1986) ao falar da multiterritorialidade, trata do tema em um sentido mais amplo, resultando da sobreposição de territórios. Já Haesbaert (2005) trata a multiterritorialidade como expressão da sobreposição de várias territorialidades, hierarquicamente articulados ou “encaixados”. Para o autor, a multiterritorialidade se refere à ideia de um território em movimento, um território dinâmico, que pode estar associado a grupos ou à multidão. Assim, a multiterritorialidade corresponde às diversas configurações territoriais presente na contemporaneidade, em um processo contínuo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Os conceitos de território e multiterritorialidade desempenham, assim, um papel fundamental na pesquisa sobre o reassentamento em Altamira, especialmente no RUC São Joaquim. Através da análise desses conceitos, é possível compreender como os moradores realocados constroem novas identidades territoriais após a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A noção de território permite investigar as relações dos indivíduos com o espaço físico e simbólico, enquanto a multiterritorialidade destaca a complexidade das interações espaciais e identitárias dos moradores em seu novo ambiente. Nas demais seções desse artigo serão apresentados alguns processos na área em estudo que evidenciam os conceitos anteriormente apresentados.

Os atingidos por Belo Monte e o processo de mudança para os RUC

Altamira-PA é uma cidade média na Amazônia que enfrenta significativos impactos decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, uma obra iniciada em 2011 e conduzida pela Norte Energia S.A (NESA). A edificação desse empreendimento hidrelétrico atraiu considerável investimento financeiro e mão de obra para a região, resultando em impactos preponderantes para Altamira em função da dimensão e da natureza da construção da usina.

Os estudos de impactos ambientais (EIA/RIMA) realizados para a construção da UHE Belo Monte consideraram três áreas distintas para avaliação dos impactos socioambientais, sendo elas (i) as áreas que estão mais distantes do AHE Belo Monte, (ii) as áreas vizinhas e (iii) as áreas das obras e do reservatório, como aponta o levantamento da Leme Engenharia (2009, p. 31).

- As áreas mais distantes são aquelas que podem sofrer modificações indiretas, a partir das alterações que acontecerão nas áreas vizinhas ao empreendimento e naquelas onde vão estar as obras do AHE Belo Monte. Nos estudos, essas áreas são chamadas de AII – Área de Influência Indireta.
- As áreas vizinhas são aquelas que ficam em volta do AHE Belo Monte e do reservatório, chamadas de AID – Área de Influência Direta. Elas incluem não só as terras que vão ser ocupadas pelas obras e pelo reservatório, mas também aquelas que vão sofrer interferências diretas, negativas ou positivas, do empreendimento.
- As áreas das obras são aquelas que vão ser ocupadas pelas estruturas principais de engenharia e por toda a parte de infraestrutura necessária para a construção do AHE Belo Monte, como a barragem, os canteiros de obra, as estradas de acesso e áreas de botafora, considerando também as áreas de inundação. Essas áreas são chamadas de ADA – Área Diretamente Afetada. As áreas do reservatório (com suas duas partes – o Reservatório do Xingu e o Reservatório dos Canais), as Áreas de Preservação Permanente e o Trecho de Vazão Reduzida também fazem parte da ADA, assim como um trecho de cerca de 15 km rio abaixo a partir do ponto onde as águas passarão pelas turbinas da Casa de Força.

Segundo Soares (2022, p. 86), a “construção da hidrelétrica de Belo Monte é um evento que favoreceu um conjunto de ações que modificaram a estrutura urbana da cidade”. Essas mudanças resultaram em transformações territoriais tanto no meio rural quanto urbano. Isso caracteriza a reestruturação urbana de Altamira como uma decorrência direta da instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, evidenciada pelo projeto de requalificação das áreas centrais e pela realocação das famílias que ocupavam as áreas de várzeas para os reassentamentos planejados.

Neste sentido, Nunes (2021), corrobora ao afirmar que:

Desde o ano de 2011, quando se iniciaram as obras de Belo Monte, Altamira passou por intensas transformações, seja pelos impactos diretos da construção desta UHE e/ou pela realização das obras condicionantes, como ações mitigatórias concretizadas ou em andamento realizadas pela Norte Energia, concessionária responsável pela hidrelétrica (Nunes, 2021, p. 25)

Ou seja, os reflexos das medidas mitigadoras, as chamadas “condicionantes de Belo Monte” contidas no Projeto Básico Ambiental (PBA), aliada ao crescimento demográfico demasiadamente rápido, contribuíram para a expansão urbana de Altamira. Logo, menciona-se que a transformações territoriais em Altamira-PA se deram em função da apropriação do espaço pela UHE Belo Monte. Uma das consequências das intervenções em Altamira foi o impacto social instaurado com a chegada de milhares de pessoas em busca de uma vaga de emprego na construção desta UHE.

Esses impactos influenciaram os processos de ocupação e expansão urbana de Altamira. Uma das consequências mais notáveis foi o aumento da população da cidade que, por sua vez, elevou os preços dos terrenos e dos aluguéis residenciais. Esse processo levou ao surgimento de novos loteamentos e ao deslocamento da população da Área Diretamente Afetada (ADA) para os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC), contribuindo assim para uma reestruturação urbana em Altamira (Miranda Neto, 2014).

Na figura 3, nota-se a configuração da paisagem antes da inundação (A) que às margens do Igarapé Altamira, com casas em palafitas e depois (B), já demarcada pela construção do parque do Igarapé Altamira. De igual forma, menciona-se que houve, também, intervenções feitas no Igarapé Ambé, no Igarapé Panelas e na orla da cidade.

Figura 3: Projeto de Intervenções para Altamira – Parque Igarapé Altamira (Antes e Depois)



Fonte: Norte Energia; Aline Joaquim, 2016.

Nunes (2021), por sua vez, diz que

Com os impactos oriundos de Belo Monte no decorrer de sua construção, a cidade de Altamira foi se aproximando de seus aspectos atuais em termos de reorganização do seu território e distribuição da população no espaço, pois os incrementos de recursos e população trazidos pela implantação da UHE Belo Monte se configuram como fatores importantes da produção do espaço urbano de Altamira (Nunes, 2021, p. 26).

Ainda em relação às mudanças na dinâmica da cidade de Altamira, Miranda Neto e Herrera (2017), afirmam que cinco fatores contribuíram decididamente para a reestruturação de Altamira, sendo elas: a) as ações de requalificações urbanas; b) o processo de reassentamento urbano; c) as ações dos agentes imobiliários; e e) as ocupações espontâneas e intervenção estatal (Miranda Neto; Herrera, 2017, p. 12).

As ações de requalificação urbana oriundas das condicionantes na cidade de Altamira se referem as alterações feitas na tentativa de mitigar os impactos gerados pelas obras de Belo Monte e contribuíram para a reestruturação urbana que alterou a dinâmica da cidade. Entre essas ações, cita-se a realocação da população residente na Área Diretamente Afetada (ADA), uma zona de inundação definida pela localização Geográfica dos três igarapés: Altamira, Panela e Ambé, situados abaixo da cota de 100 metros acima do nível do mar. Em termos zonais, essa área correspondia a 25% da malha urbana de Altamira (Miranda Neto, 2016; Pereira, 2021).

A decisão para a retirada dos moradores da área alagada no contexto da construção da Usina de Belo Monte envolveu uma série de medidas que foram implementadas de acordo com o Plano Básico Ambiental (PBA) de Belo Monte, com significativa resistência por parte da população local. A remoção dos moradores foi realizada, em alguns casos, com o uso da força policial, como fora relatado na Área do Baixão do Tufi (Miranda Neto e Mendes, 2022, p. 54). A empresa Norte Energia, responsável pelo empreendimento, conduziu esse processo, começando pelo cadastramento socioeconômico dos moradores, seguido de um "congelamento" das áreas, o que impedia novas construções ou melhorias nas propriedades para fins de indenização.

O caráter compulsório do processo está definido no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 ou "Decreto de Utilidade Pública", que regulamenta a desapropriação por utilidade pública no Brasil. Ele estabelece as condições e procedimentos para que o poder público possa desapropriar propriedades privadas para a realização de obras ou serviços considerados de interesse público, como foi o caso das áreas destinadas à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Nesse caso, os moradores não poderiam negar ou impedir as remoções, sob pena de sanções previstas em Lei.

Para a remoção dessa população, a ação mitigatória foi a construção dos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC), sendo inicialmente cinco: Água Azul, Casa Nova, Jatobá, Laranjeiras e São Joaquim. Posteriormente, foi incluído o RUC Tavaquara, nas margens do rio Xingu, destinados às populações indígena e ribeirinha. Destes, o primeiro ser concluído e a receber as famílias foi o RUC Jatobá. A construção destes loteamentos não se deu de forma simultânea e acompanhou o sentido da expansão do perímetro urbano da cidade.

A partir de Belo Monte e do seu plano de requalificação urbana para Altamira, é essencial entender que:

Os Reassentamentos Urbanos Coletivos configuram uma forma de organização da vida social, uma dada dimensão desta totalidade, o urbano, pela produção de bairros planejados, na conjugação de um projeto e traçados urbanísticos, com arruamento, sistemas de coleta de água pluviais, esgoto, abastecimento de água. Dispondo de equipamentos urbanos e serviços públicos, como quadras, praças, academias a céu aberto, barracões coletivos, escolas, postos de atenção e saúde familiar, CRAS, creches etc. (Rodrigues, 2020, p. 114).

Os RUC são bairros planejados e construídos pela Norte Energia como parte dos compromissos estabelecidos para a UHE Belo Monte, que transformou profundamente a paisagem de Altamira. É importante ressaltar que as casas nos RUC foram uma das opções de indenização oferecidas aos atingidos. Segundo estimativas feitas pelo cadastro socioeconômico, esta seria a escolha da maioria dos afetados urbanos (Leme Engenharia, 2009).

Em relação às outras formas de indenização, Miranda Neto e Mendes (2022, p. 72) afirmam que “as demais opções (dinheiro e carta de crédito) não tinham, nem de longe, o mesmo impacto no contexto social de Altamira, dada a intensa pressão do mercado imobiliário”. Desse modo, muito embora se tenha a posição de que o reassentamento foi uma “escolha” das famílias, ela foi, de certo modo, forçada, sobretudo devido as desvantagens das indenizações em dinheiro oferecidas (Miranda Neto e Mendes, 2022).

Seguindo os critérios estabelecidos, inicialmente foram pré-selecionadas 17 áreas para implantação dos RUC. De acordo com Carvalho *et al* (2019), compreendiam áreas periurbanas, áreas de preservação ambiental e áreas utilizadas como fazenda. Os critérios para a construção dos RUCs, segundo o PBA, são: a (i) Distância máxima de 2 km do local da atual moradia da população ao local de reassentamento; a (ii) Presença de equipamentos urbanos; a (iii) Acessibilidade; as (iv) Condicionantes ambientais (existência de cobertura vegetal e área de preservação permanente junto aos corpos d'água, declividade e geomorfopedologia); e a (v) Legislação urbana (Norte Energia, 2011, p. 52).

As localizações e tipologias dos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC) foram determinadas exclusivamente pela empresa responsável por Belo Monte. Muito embora houvesse reuniões regulares com um comitê responsável em acompanhar esse processo, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) afirma que “os movimentos sociais e os moradores de Altamira questionam esse espaço, e denunciam que não ele não representa o povo atingido, em sua maioria moradores das áreas alagadas de Altamira, empobrecidas e esquecidas pelo poder público” (MAB,

2013). Esses RUC se encontram geograficamente nas periferias da cidade, relativamente distantes dos rios, em áreas desprovidas de serviços públicos essenciais ou afastadas das regiões de origem da população removida. A esse respeito, Miranda Neto e Mendes (2022) argumentam que:

O critério de distância adotado pela Norte Energia faria, na teoria, uma certa equivalência entre as áreas de origem e de destino dos moradores [respeitando o limite de 2km da área de origem, conforme definido no PBA], mas ao se considerar os percursos reais em relação ao centro da cidade, tem-se uma diferença bem maior. Essa diferença não constitui um mero detalhe, pois ao se morar distante de onde se consome e se trabalha, os salários passam a ser proporcionalmente menores em função dos custos de deslocamento e do tempo que envolve esses percursos (Miranda Neto e Mendes, 2022, p. 69).

Por essa lógica, a empresa seguiu os critérios definidos no PBA quanto à distância absoluta (medida diretamente entre os pontos de origem e destino), porém no que se refere aos trajetos (a distância relativa), as distâncias são bem maiores e tal realidade não foi questionada por qualquer entidade pública envolvida nos processos de licenciamento ou fiscalização das obras.

Isso resulta em limitações significativas de mobilidade para os realocados, uma vez que serviços essenciais como bancos e hospitais estão distantes desses RUC. “Muitos habitantes reclamaram que ficaram distantes de seus vizinhos; alguns, inclusive, em loteamentos diferentes, desfazendo-se as relações de sociabilidade da área de origem” (Miranda Neto, 2021, p. 4). Rodrigues (2020, p. 118), por sua vez, descreve esse fenômeno como “um verdadeiro dreno, obstruindo e sugando a vida e a energia do Xingu”. A UHE Belo Monte inaugurou, assim, um novo capítulo na produção do espaço urbano de Altamira, pois reestruturou e remodelou o perímetro urbano da cidade por meio das medidas mitigatórias das condicionantes, resultando na construção, entrega e realocação dos atingidos da Área Diretamente Afetada (ADA) nos lotes destinados ao reassentamento.

Neste contexto, Nunes (2021) afirma que a “instalação e operacionalização da UHE provocaram transformações negativas de maneira irreversível para as populações atingidas, abarcando a degradação simbólica e cultural da relação sociedade-espaço (p. 40). A autora ainda menciona que

Os deslocamentos compulsórios podem ocasionar mudanças em múltiplos aspectos da vida dos atingidos, trazendo-lhes perdas em muitas dimensões de suas vidas: sociais, econômicas, culturais, podendo acontecer individualmente e/ou coletivamente (Nunes, 2021, p. 80).

Partindo das colocações das autoras citadas, é evidente que a desterritorialização, neste caso, assumiu diversas conotações devido à maneira como os sujeitos se apropriaram do território que anteriormente lhes pertencia. Assim sendo, o território dos atingidos revela-se como um território relacional, fundamentado em relações sociais (materiais e simbólicas) que moldam o espaço. Para compreender essas relações, é imperativo conhecer também os atores envolvidos, a fim de expressar a relação que um grupo mantém com uma porção específica do espaço, conforme destacado por Raffestin (1993) e Di Méo e Buléon (2007), de que os atores e agentes sociais constantemente se espacializam e se territorializam.

Uma análise das multiterritorialidades no RUC São Joaquim

A partir da instalação da UHE Belo Monte na região do Xingu, a cidade de Altamira teve a sua configuração socioespacial alterada em função dos diversos impactos que esta cidade sofreu, o que acarretou novos arranjos na sua expansão e demandou soluções governamentais locais nos diversos setores (Neves, 2019).

Assim, um dos principais impactos gerados por Belo Monte foi a retirada da população residente da área diretamente afetada do perímetro urbano de Altamira, o que compreendia aos bairros e localidades como o Aparecida, Baixão do Tufi, Açaizal, Colina do Forte, SUDAM I e II, Brasília, Catedral, Centro, Recreio, Boa Esperança, Jardim Independente II, Jardim Altamira, Invasão dos Padres, Esplanada do Xingu, São Sebastião e Alberto Soares (Norte Energia, 2014).

Desta forma, salienta-se que as famílias que residiam nesses locais mencionados sofreram um deslocamento compulsório, compreendido na análise desta pesquisa como um processo de desterritorialização, ou seja, de perda do seu espaço concreto de moradia e sobrevivência e, conseqüentemente, de referências culturais, econômicas, sociais e espaciais (Haesbaert, 2004).

Neste sentido, Nunes (2021), fala que

A construção de usinas hidrelétricas constitui-se em empreendimentos que quase sempre está associado a desalojamentos e conseqüentes deslocamentos compulsórios. A construção de hidrelétricas na Amazônia tem avançado e retirado milhares de famílias que

residem em áreas impactadas pela inundação dos lagos dessas Usinas Hidrelétricas erguidas nessa região (Nunes, 2021, p. 80).

E que

O deslocamento compulsório traz consigo a perda de vínculos sociais e territoriais, o contato com os vizinhos de toda uma vida, de seus templos religiosos e de seus pastores, famílias que antes viviam próximas acabam por serem separadas no decorrer desse processo (Nunes, 2021, p. 81).

Nesse contexto da perda de vínculos sociais e territoriais causada pelo deslocamento compulsório, a apropriação do espaço emerge como um elemento essencial para a reconstrução desses laços e para a adaptação das comunidades afetadas. Conforme destacado por Heidrich (2006), a apropriação do espaço pode ser compreendida tanto como posse, levando à separação de grupos, quanto como adequação, envolvendo o uso e a transformação do ambiente. Desse modo, a transformação ativa do espaço pode representar não apenas uma resposta à perda de vínculos, mas também uma oportunidade para reconstruir e fortalecer as relações sociais e territoriais, promovendo uma maior conexão e identificação das comunidades com seu ambiente transformado. Heidrich (2006) evidencia essa característica de reconstrução de vínculos territoriais ao afirmar que:

A apropriação do espaço é a forma primeira que, se reduzida ao sentido de posse (de domínio), resulta apenas na separação de grupos ou comunidades. O seu outro sentido, o de adequação (de tornar um espaço apropriado, favorável ou suscetível), decorre do uso, da transformação que embora não tenha tornado plenamente efetiva a desnaturalização, constrói a humanização do espaço como uma condição oposta (Heidrich, 2006, p. 3).

Os atingidos por Belo Monte que residiam na área afetada mantinham suas relações sociais na construção do espaço, uma vez que os lugares abrangidos pela Área de Diretamente Afetada (ADA) eram carregados de significados, imbuídos de sentimentos de pertencimento e memórias relacionadas às vidas vividas em seus cotidianos ao longo de suas trajetórias. Essa conexão torna-se evidente nos relatos dos próprios atingidos que foram entrevistados, como apresentado a seguir.

Assim, lá no baixão, eu morei 20 anos. Era bom! Perto de hospital, perto dos comércios, mas tinha tribulação todo ano. Tinha que mudar todo ano. E aquele medo... Dormia pouco de noite, no inverno, porque a chuva era forte. Quando a chuva vinha, alagava nossa casa, e era isso. Mas eu achei bom. Gostei da gente. Lugar de muitos bons vizinhos, que eu gostava muito deles. Ficamos longe. Agora é difícil. Cadê o Rio? (Entrevistada 2, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023)

A citação da entrevista ilustra a interseção entre materialidade e simbolismo no território, conforme argumentado por Haesbaert (1994, 2004, 2005, 2007a). A narrativa descreve a vivência pessoal em um local específico, destacando aspectos tangíveis, como proximidade de serviços e problemas sazonais como inundações, e intangíveis, como o senso de comunidade e pertencimento aos vizinhos. A conexão emocional com o lugar é evidente, apesar dos desafios enfrentados. Essa análise ressalta a complexidade do território, onde experiências individuais se entrelaçam com a construção simbólica do espaço.

Os trechos das entrevistas indicam como a materialidade do território é moldada pelas relações sociais, como destacado por Saquet (2015). Assim, a percepção da qualidade de vida e da experiência de viver em determinado lugar é fortemente influenciada pela proximidade de serviços, pela acessibilidade e pela interação com a comunidade local. Como na narrativa a seguir:

Lá no Baixão do Tufi... eu cheguei lá, meus filhos, tudo pequeno. O mais velho com 12 anos, a mais nova com dois anos. Foi uma experiência boa morar lá. Porque era... era bom. Era acesso para a cidade, bairro Brasília, supermercado, feira em farmácia, hospital. Tudo ficava próximo. Eu não tinha casa para morar, morava de aluguel. Aí foi quando houve uma invasão lá no Baixão do Tufi, a qual esses terrenos [...] o prefeito na época comprou e doou para a família. Aí nós moramos lá 18 anos. De lá nós saímos para outro bairro, mas era bom no verão. No inverno era difícil devido ao alagamento, as barragens estouravam e as pessoas... todo mundo tinha que sair das suas casas para os abrigos. Era bem difícil (Entrevistada 4, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023).

Já nos trechos seguintes, os entrevistados destacam o valor sentimental associado ao lugar, ressaltando as relações sociais e a sensação de pertencimento à comunidade:

Era muito boa, né? Essa parte aí, meus vizinhos em geral eram bons. Sem contar que era perto de tudo, né? Tava perto do banco... tinha um acesso tranquilo. Era plano, não tinha ladeira. Então, se tivesse o dinheiro para pagar o transporte, ia. E se não tivesse, ia também (Entrevistada 6, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023).

O SUDAM era ótimo para se viver. Vivemos toda nossa infância naquela rua, apesar de falarem que era uma rua perigosa, pra nós que morávamos lá era um paraíso, nossa tenho saudade. Sentimento de saudade do lugar, saudade da rua, das pessoas, dos vizinhos. A gente cresceu ali. O lugar onde nós crescemos, aonde vimos toda a estrutura da família crescer, vimos colegas que crescemos juntos. Hoje em dia tá todo mundo separado (Entrevistada 12, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023).

Ao comparar ambas as argumentações, percebe-se que, embora as experiências e os contextos dos entrevistados variem, todos eles demonstram uma forte ligação entre a materialidade do território, refletida pela acessibilidade e infraestrutura disponíveis, e as relações sociais,

evidenciadas pelo senso de pertencimento, comunidade e memórias afetivas compartilhadas. Essa análise ressalta a interdependência entre a materialidade do espaço e as dinâmicas sociais na formação e na experiência do território, como ressaltadas por Haesbaert (1994, 2004) e Saquet (2015).

Nos relatos dos entrevistados, observa-se as perdas ocorridas na vida da população que residiam na ADA decorrente do remanejamento que os atingidos sofreram. De acordo com Rodrigues (2020), no caso dos atingidos por Belo Monte, pode-se atribuir ao processo de remanejamento compulsório, um movimento de quebra de vínculos com a vizinhança, com parentesco e com a proximidade do rio.

Nas narrativas dos entrevistados, é perceptível que muitos residiram nos baixões de Altamira por longos períodos e os consideraram locais propícios para a vida. Esses espaços não apenas representam os lugares onde cresceram, mas também onde estabeleceram suas famílias e criaram seus filhos. Ainda que houvesse a percepção externa de que essas áreas eram perigosas, para os antigos moradores elas eram centros de sociabilidade fundamentais, com fortes relações de pertencimento, como ilustrado na narrativa da entrevistada 12, que associa o antigo espaço à ideia de "paraíso".

Além disso, os baixões estavam localizados em áreas próximas ao centro da cidade e ofereciam fácil acesso a serviços essenciais, como bancos, supermercados e áreas de lazer. A proximidade desses serviços permitia que se deslocassem a pé para os destinos mais comuns, eliminando a necessidade de transporte, o que representava uma vantagem significativa para os residentes.

Essas perdas levaram à fragmentação das relações sociais, econômicas, materiais e imateriais, tanto no âmbito particular quanto coletivo, já que o deslocamento compulsório impacta a identidade social do indivíduo e de seu grupo, influenciando suas conexões com os lugares onde viveram e afetando-os ao longo de suas vidas. Os entrevistados expressam um profundo senso de perda, destacando que o antigo local de residência era acolhedor, com laços de vizinhança que se assemelhavam a uma família. É evidente que se apoiavam mutuamente em momentos de necessidade, refletindo uma forte coesão social. A solidariedade entre os vizinhos é frequentemente mencionada, como sublinhado pela Entrevistada 6.

Dá um sentimento de perda, né? Que teve muitas perdas assim, material, né? Mas, em geral era um lugar bom. E realmente eu fui para outro lugar. Aí foi pior do que qualquer outro lugar que eu já vivi. Foi a pior coisa que teve. Foi minha mudança quando a Norte Energia tirou de lá. Ali era igual uma família, né? Mesmo que de vez em quando um arengava com outro. Mas era bom. Foi. Nada disso, mas eu achava lá bem melhor, tinha sempre um vizinho para socorrer a gente. Aqui a gente não tem (Entrevistada 6, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023).

Percebe-se, no relato acima, a maneira como eles dão significância ao lugar de suas antigas moradas. Isso demonstra a territorialidade remanescente, pois nesses antigos locais eles estabeleceram e consolidaram suas relações entre espaço e as outras pessoas que faziam partes de suas vivências, percebendo-se a afeição dos entrevistados com as suas antigas residências e cotidiano construído nos bairros afetados. Nesse sentido, o relato dos entrevistados sobre a significância de suas antigas moradas e a afeição pelo cotidiano construído reforça a noção de que o território é fundamental na formação de laços sociais e identitários, como destacado por Haesbaert em sua obra. Assim, citar Haesbaert (2002)

A remoção na área dos baixões já podia ser percebido entre o segundo semestre de 2014 e o primeiro semestre de 2015, período este que compreende as alocações das famílias da ADA no RUCs. Desta forma, o processo de desterritorialização dos atingidos se inicia a partir dos momentos em que há a remoção efetiva destas áreas, marcado pela extinção das casas e pela alteração definitiva da paisagem urbana. A Figura 4 apresenta o aspecto espacial dos antigos locais de moradia logo após a desocupação.

Figura 4: Casas Demolidas nos Baixões de Altamira

Fonte: Conexão Planeta, 2017; ISA, 2015; InfoAmazônia, 2015; Acervo Combate Racismo Ambiental, 2015.

Nos relatos dos entrevistados, estes mencionam que os primeiros dias ao serem realocados no RUC São Joaquim foram estranhos. Este entranhamento se dava pela falta das relações de sociabilidade construídas nos Baixões, pois os seus novos vizinhos no RUC não eram os mesmos de antes, cabendo a estes a adaptação em seu novo lugar de moradia, no caso, o São Joaquim.

Em relação a esse processo inicial de chegada no RUC, vale destacar a fala da entrevistada 1 que diz: “Meus primeiros dias aqui no São Joaquim foi muito estranho, porque eu achava muito estranho, porque tinha morado lá embaixo muitos anos. Até me adaptar demorou uns meses” (Entrevistada 1, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023) e da entrevistada 7 que fala: “Foi estranho. Eu me senti assim, deslocada, porque já era acostumada desde quando nasci lá, né? Então, quando eu já estava e fui para outro lugar, eu demorei me acostumar” (Entrevistada 7, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023). O mesmo sentido de desajuste é encontrado na narrativa da entrevistada 1:

Foi bem assim. A gente olhava pras ruas, achava tudo. Vamos supor todo estranho, né? Pra gente, né? A gente olha, rapaz, o olhar dos vizinhos, né? Não conhecia, não tinha contato. Assim você teve que se socializar, né? Aprender a conviver, a socializar novamente, né? Você... vizinhos diferentes, um ambiente diferente. Então a gente teve que se sobreviver ali, aos

poucos, nos socializando. E quando a gente chegou pra morar, por não ter ainda muitos vizinhos, a gente se sentiu quase isolado, né? Já que não tinha muitos, fomos primeiro. Depois que foi mudando outros vizinhos, já foi ficando mais assim, mais gente pra poder comunicar, né? Assim, para poder se comunicar, falar com os vizinhos e andar assim (Entrevistada 1, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023).

Ainda hoje, após quase 10 anos realocados, muitos moradores do RUC São Joaquim falam que quase não tem relações de vizinhança, fato este que pode ser observado em trechos das falas dos entrevistados, como: “minha relação aqui com os vizinhos é quase nenhuma” (Entrevistada 4) e “não tenho relação com vizinho, é tudo afastado” (Entrevistada 6).

Nesta perspectiva, Cornélio *et al* (2019) afirma que

a desterritorialização e a “reterritorialização” de famílias atingidas pela construção de uma usina hidrelétrica sobrevém da forma mais traumática possível a esses sujeitos, devido à imposição de reconstruírem em outro território seus meios de convívio e reprodução familiar (Cornélio et al, 2019, p. 11).

Cabe mencionar que, durante o trabalho de campo pouco se percebeu essa relação de vizinhança, de vizinhos sentados nas portas das casas conversando como se via nos antigos Baixões de Altamira. Observou-se, ainda, que a maioria das casas deste RUC são muradas, não permitindo o contato direto desse tipo de relação. Essas barreiras físicas (os muros) são, portanto, condição da nova sociabilidade imposta nos reassentamentos que, diferentemente do antigo território, é menos propício ao encontro e às relações comunitárias, uma vez que restringem o convívio e dificultam a formação de novas relações de vizinhança, criando um ambiente que desestimula a construção dos laços comunitários anteriormente presentes nos Baixões.

Cornélio *et al* (2019) afirma que este processo de reterritorialização dos atingidos nos RUC é uma “tentativa do empreendedor em estabelecer condições de recomposição do modo de vida (dos atingidos em outros territórios)” (Cornélio *et al*, 2019, p. 11). Porém, fica evidente nos relatos dos moradores do RUC São Joaquim que, para muitos, o RUC pode ser um bom lugar para se viver e que, mesmo após alguns anos morando neste reassentamento, estes moradores ainda não conseguiram se adaptar plenamente neste local imposto a eles. Tal fato fica evidente na narrativa da entrevistada 1 ao falar que

Eu considero ele bom assim pra viver. A única coisa que a gente não consegue ainda é se adaptar, porque ainda tem muitas coisas que ainda você tem que buscar no centro, muito assim, às vezes, como vamos? Coisa de armarinhos, né? Coisa de papelaria, essas coisas, a

gente ainda tem que buscar no centro e aqui no bairro ainda não. Ainda não tem ainda esse serviço pra poder suprir a necessidade (Entrevistada 1, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023).

Embora os realocados considerem o RUC São Joaquim um local favorável para viver, é sabido que o deslocamento de seu território original para um novo local de moradia implica em certas dificuldades. A adaptação a esse novo território é desafiadora, conforme ressaltado pela entrevistada 1:

*E pra gente é muito desafiador, né? Porque quando a gente vem **habitar um novo lugar é muito desafiador**. Primeiro, pra gente, a gente estava acostumado a morar bem perto, já quase do centro, né? Então, quando nós chegamos aqui, foi bem desafiador, devido ter uma distância a mais. Já começou o desafio por aí, né? A gente já começa a ver as dificuldades por um lado mais em questão assim, pra poder se adaptar. **Pra gente era uma vida nova, né? Tudo novo, uma casa nova, né? Tudo novo ali, ambiente novo, tudo bem limpo, pintado, né?** Então, pra gente foi muito mesmo, muito assim, muito fazer que nem o pessoal fala. Muito incrível, né? **Pra gente poder se adaptar à nova situação, nova vida, né? Porque para nós foi uma nova vida** (Entrevistada 1, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023).*

Nota-se que o desafio de adaptação, mencionado pela participante da pesquisa, está intimamente ligado à necessidade de "habitar um novo lugar", "viver uma nova vida" e "se acostumar com uma casa nova". Muitos dos atingidos por Belo Monte enfrentam dificuldades decorrentes da perda de seu território e, conseqüentemente, de seu modo de vida. Há, portanto, dificuldades nos aspectos socioeconômicos e socioculturais quanto à reconstrução de identidades, vínculos comunitários e redes de apoio, como exemplificado na fala da entrevistada 11 a seguir.

*O Anchieta era muito bom para viver, só não era mais bom por causa da alagação, melhor que essa solidão, **o que colocasse para vender vendia, tudo que coloca aqui termina em nada, não vende nada**, achava muito bom lá, **saudade do muito movimento, dos vizinhos, todos pertos, a igreja ficava pertinho, hoje se eu for para a igreja nem chego lá direito porquê é bem lá em cima**. (Entrevistada 11, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023).*

O trecho acima revela o impacto da desterritorialização e a dificuldade de adaptação ao novo ambiente. A entrevistada expressa saudade do Anchieta, onde as relações sociais e o cotidiano eram mais vibrantes e próximos. A "solidão" e a sensação de desconexão no novo território evidenciam a perda de vínculos e de um senso de pertencimento.

Neste contexto, a expressão territorial dos moradores do RUC São Joaquim tem como ponto de partida "múltiplas formas de desterritorialização, pois a população em geral ainda não conseguiu se adaptar às diferentes formas, funções, estruturas e processos existentes naquele espaço"

(Moreira, 2018, p. 91), já que há a dificuldade de se estabelecer redes territoriais, o que produz conflitos, aversão e dificuldade para a apropriação do território nesse novo espaço.

Não tem área de lazer. Assim a gente não frequenta. A gente frequenta sempre o CRAS ali, né? Quando tem evento, né? Às vezes eles pedem a ajuda da gente. A gente vai ali no CRAS, vai ali no CREAX, né? Até meus meninos participa do CREAX, né? Tem a escolinha de futebol também, que eles participam também, né, que foi criado já aqui no bairro, né? Como resultado que foi criado esse projeto, né? Ainda continua. Eles participam, tem aula de violão que eles também participam também, ali no CREAX também. E é assim a gente sempre que que pode a gente tá participando, né? (Entrevistada 1, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023) (grifos do autor).

*O bairro não é um bairro assim. **Eu ando muito porque eu visito.** Eu, o lado que eu trabalho do lado da igreja, mas também do lado de. De visita, né? **E aí então, assim, eu ando muito no bairro que a gente visita as casas, né?** Então assim a gente consegue ter um abranger uma área até boa, né? (Entrevistada 1, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023) (grifos do autor).*

*Hoje não. Hoje a gente e as coisas que não são o básico a gente consegue comprar aqui por perto, né? **Mas já o grosso, né? No caso, assim que a gente ia comprar em quantias maiores, a gente já compra em outro bairro, né?** Em outro lugar já mais em conta, Sim (Entrevistada 1, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023) (grifos do autor).*

O estranhamento em relação ao uso e a apropriação dos espaços do São Joaquim contribuem para a compreensão de como os residentes deste RUC ainda se ajustam às funções e arranjos sociais possibilitados pelos processos espaciais estabelecidos. Isso é evidenciado no relato da entrevistada 1, que menciona a inexistência de “áreas de lazer” no RUC e sua não frequência a esses espaços, possivelmente devido à sua residência se localizar na parte inferior do RUC.

Os entrevistados afirmam, porém, que frequentam espaços como o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Centro Regional de Educação Ambiental da Bacia do Rio Xingu (CREAX). O primeiro é a unidade pública responsável por oferecer serviços socioassistenciais a famílias em situação de vulnerabilidade. O CREAX, por sua vez, é o Centro Regional de Educação Ambiental da Bacia do Rio Xingu (CREAX), em Altamira, é uma iniciativa do Projeto Básico Ambiental da UHE Belo Monte, que visa o estabelecimento de unidades físicas de suporte social às populações reassentadas, com cursos e atividades diversas.

A entrevistada 1 destaca sua participação em visitas missionárias, percorrendo as residências do RUC. Essa prática simbólico-religiosa é uma parte essencial do dia a dia dos habitantes do RUC, onde diferentes denominações religiosas, principalmente católicas e evangélicas, são proeminentes.

Ao adentrar o bairro para suas missões, não só ocupa fisicamente esses espaços, mas também lhes infunde novos significados e propósitos. Essa atividade de visitação não apenas cria laços entre os moradores, mas também fortalece as relações entre a comunidade e as instituições religiosas locais.

Quanto ao sustento de sua família, a entrevistada 1 menciona a prática de adquirir mantimentos em outros locais da cidade, principalmente em grandes quantidades, referindo-se a isso como "o grosso", que geralmente se refere a alguns componentes da cesta básica, como arroz, feijão, açúcar e o café. Em relação aos comércios locais do RUC, ela esclarece que costuma adquirir apenas alguns itens que necessitam de um deslocamento mais frequente.

O trecho de entrevistas apresentados corroboram a argumentação de Haesbaert (2007), de que a territorialidade está ligada ao modo de (re)produção do espaço, logo “todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de ‘funções’ quanto na produção de ‘significados’” (Haesbaert, 2007, p. 23). Por essa lógica, “a territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado” (Sack, 1986, p. 219).

Entende-se, assim, que o processo de apropriação do território para a construção da identidade territorial dos moradores do RUC São Joaquim está intimamente ligado aos aspectos simbólicos que promovem um sentimento de pertencimento ao grupo social, como parte de uma narrativa marcada por intenções e práticas culturais dentro de um espaço delimitado. Esse fenômeno ocorre porque, como salienta Haesbaert (2007),

A territorialidade transpassa a dimensão estritamente política, e compreende dimensões econômicas e culturais do espaço, pois essas dimensões estão intimamente ligadas aos modos das pessoas utilizarem a terra e (re)produzirem no espaço (Haesbaert, 2007, p. 22).

Nesta perspectiva, compreende-se que o significado de território para os moradores do São Joaquim está intimamente vinculado à sua identidade, cultura e formas de vida. Por essa lógica, o RUC não é um espaço desprovido de conteúdo, mas um ambiente propenso a incorporar suas vidas, narrativas, interações sociais e laços territoriais, visando (re)afirmar sua presença, reivindicar suas vozes e forjar estratégias de resistência e resiliência diante dos desafios enfrentados.

Dessa forma, muito embora o território de outrora tenha se dissolvido (do ponto de vista material), existe uma reterritorialização em curso com o estabelecimento de novos vínculos socioespaciais. As interações diárias nesse novo espaço são, assim, continuamente moldadas no cotidiano, sugerindo que os moradores do São Joaquim desempenham papéis multiterritoriais. Isso ocorre porque o processo de territorialização é influenciado por diferentes agentes e formas de organização no RUC, resultando na produção de múltiplos territórios que abrangem desde o simbolismo religioso até formas de territorialidade alternativas.

A realidade do reassentamento permitiu a existência de múltiplos pertencimentos, que tanto remetem ao apego simbólico com o território antigo (as reminiscências que permanecem na memória dos sujeitos) quanto na constante tentativa de reestabelecer as suas vidas neste novo ambiente urbano. A tendência dos residentes em frequentar espaços além do São Joaquim evidencia os desafios enfrentados na (re)criação das relações de vizinhança, diante da relativa separação com alguns antigos vizinhos. Assim, estabelecer conexões sociais fora do reassentamento torna-se uma estratégia vital para a reconstrução e reprodução contínua do espaço, contribuindo para a formação de redes de apoio e solidariedade que transcendem os limites físicos do novo território.

Em suma, o processo de multiterritorialidade no RUC é um fenômeno dinâmico e multifacetado, onde as experiências individuais e coletivas se entrelaçam na construção de uma nova geografia emocional e social. Essa constante busca por pertencimento e integração ressalta a resiliência e a adaptabilidade dos moradores diante das transformações e desafios impostos pelo processo de reassentamento urbano.

Considerações finais

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte provocou mudanças significativas na região do Xingu, afetando a população de maneira direta e indireta e impondo à cidade de Altamira profundas transformações socioespaciais. Este processo culmina na reconfiguração dessa cidade, notadamente por meio da mudança compulsória das famílias da Área Diretamente Afetada para os Reassentamentos Urbanos Coletivos.

Este estudo teve como objetivo entender de que maneira os residentes do RUC São Joaquim, localizado em Altamira-PA, desenvolvem novas formas de pertencimento e territorialidade após serem deslocados em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte em uma área anteriormente habitada. Os resultados revelaram que, apesar de algumas iniciativas de adaptação e a criação de novos espaços, muitos moradores ainda enfrentam dificuldades em estabelecer relações de vizinhança significativas, resultando em um sentimento de certa distância social e na dificuldade de manutenção de laços com antigos vizinhos.

A desterritorialização sofrida pelos atingidos por Belo Monte transformou o espaço de vivência, as relações de solidariedade e a construção simbólica daqueles que residiram historicamente nas áreas de interesse da UHE Belo Monte, processo este que ocasionou rupturas na vida dos atingidos. Sabe-se que aqueles que moraram historicamente nos baixões de Altamira tinham suas organizações sociais e comunitárias, pois nestes locais construíram suas histórias, memórias, modos de vida e sua identidade territorial.

Após oito anos de construção do RUC São Joaquim, observa-se uma realidade marcada pela apropriação de novos territórios e formas de (re)constituição dos espaços, resultando na (re)criação de novas práticas no reassentamento. Constatou-se, por exemplo, as diferentes iniciativas dos moradores em recompor seus modos de vida através da construção de elementos como varandas, puxadinhos e até mesmo casas em palafitas, como era evidente nos baixões. Tais adaptações aos poucos produzem diferenciações e incorporam mudanças que vão gerando outros vínculos identitários. Dessa forma, compreende-se que as territorialidades dos moradores do RUC São Joaquim manifestam um processo de multiterritorialidade e, conseqüentemente, de interação com diversos grupos em diferentes momentos, resultando em múltiplos pertencimentos.

É importante ressaltar que a pesquisa enfrentou desafios, principalmente pelo fato de que muitos moradores atuais já não são os mesmos que passaram pelo reassentamento, o que dificultou a obtenção de dados consistentes sobre suas experiências e percepções. Para maiores avanços nessa pesquisa, é de suma importância levar em consideração as diversas trajetórias de vida, o tempo de vivência em determinado espaço e a prática conjunta das relações sociais desses sujeitos, de modo a identificar o constante processo de apropriação, qualificação e construção de vínculos territoriais. Além disso, a complexidade das interações sociais e a diversidade de trajetórias de vida

dos participantes tornaram desafiador o mapeamento abrangente das relações e significados atribuídos ao novo território.

Para dar continuidade a este trabalho, recomenda-se um aprofundamento nas atividades de lazer, nas interações sociais e nos simbolismos que permeiam a vida dos moradores. Investigações futuras podem explorar como esses aspectos contribuem para a formação de redes de apoio e solidariedade, além de analisar as condições que facilitam ou dificultam a construção de um senso de comunidade no novo ambiente urbano. Essa abordagem proporcionará uma compreensão mais rica e detalhada das dinâmicas sociais no RUC São Joaquim, o que, por sua vez, poderá informar o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e sensíveis às necessidades dos residentes. Considerar esses elementos é fundamental para uma análise abrangente dos desafios enfrentados pelos moradores em relação ao novo território, e deve ser uma prioridade ao delinear uma agenda de pesquisa que examine de forma mais profunda a natureza multiterritorial que caracteriza essa comunidade.

Referências

- CARVALHO, G. B.; AMARAL, M. D. B.; HERRERA, J. A. (2019). A reprodução urbana em Altamira-Pará: uma análise dos reassentamentos urbanos coletivos-2016. *Geografia (Londrina)*, 28(2), 101-121.
- CORNÉLIO, G. S.; NEVES, I. C.; AMARAL, M. D. B. Usina de Belo Monte e o processo de des-re-territorialização dos atingidos urbanos em Altamira/PA. In: *InterEspaço | Grajaú/MA | v.5 | n.18 | p. 01-23 | set./dez. 2019 | ISSN: 2446-6549*.
- CORRÊA, I. A.; CRUZ, J. V. S.; SILVA, M. A. R.; RODRIGUES, R. F. Territorialidade e escola: participação da comunidade escolar na efetivação das políticas públicas educacionais. In: *Revista Humanidades e Inovação* v.8, n.45, 2021. p. 319-333.
- DI MÉO, G.; BULÉON, P. *L'espace social. Lecture géographique dès sociétés*. Tradução Álvaro Luiz Heidrich e Nola Patrícia Gamalho. Paris: Armand Colin, 2007.
- FGV. GRANDES OBRAS NA AMAZONIA: *Deslocamentos compulsórios induzidos por Grandes obras na Amazônia*. 2018.
- HAESBAERT, R. A desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E., et. al, *Geografia: Conceitos e temas*. 5ª. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 165-206.
- HAESBAERT, R. *Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997.
- HAESBAERT, R. *Territórios alternativos*. São Paulo: EdUFF/Contexto, 2002.
- HAESBAERT, R. *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p. 87-119.

- HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: *ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA*, 10, 2005, São Paulo: USP, Anais, 2005.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 2. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- HAESBAERT, R. *Des-caminhos e perspectivas do território*. In: RIBAS A. D.; SPOSITO, E.S.; SAQUET, M.A. Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004, p. 37-66.
- HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K. (org.). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 43-71.
- HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*. Rio de Janeiro, v.11, n.17, p. 19-44, mar/2007a.
- HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de Globalização. *Espaço, tempo e crítica*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 39-52, ago. 2007.
- HEIDRICH, A. L. “Territorialidades de inclusão e exclusão social” In: REGO, N.; MOLL, J.; AIGNER, C. (ORGs.) *Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 21-44.
- LEME, Engenharia. *Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte*. v.6, 2009.
- MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). Atingidos por Belo Monte exigem serem ouvidos sobre reassentamentos. Publicado em 06 de abril de 2013. Disponível em: <https://mab.org.br/2013/04/06/atingidos-por-belo-monte-exigem-serem-ouvidos-sobre-reassentamentos/#>. Acesso em: 21 abr. 2024
- MIRANDA NETO, J. Q. Reassentamento da População Urbana Diretamente Afetada pelo Empreendimento Hidrelétrico de Belo Monte em Altamira-PA. *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades*, v. 2, n. 13, 2014, pp. 43-57.
- _____. Q. *Os nexos de re-estruturação da cidade e da rede urbana: O papel da Usina Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influência*. Presidente Prudente: UNESP, 2016.
- MIRANDA NETO, J. Q.; HERRERA, J. A. Expansão urbana recente em Altamira (PA): Novas tendências de crescimento a partir da instalação da UHE Belo Monte. In: *Ateliê Geográfico - Goiânia-GO*, v. 11, n. 3, dez./2017, p. 34-52.
- MIRANDA NETO, José Queiroz de; MENDES, Francivaldo José da Conceição. Uma década de Belo Monte: habitação, lazer e (re)existências. Altamira: Panamazônica, 2022. 148 p.
- NORTE ENERGIA S.A. *Projeto Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: Planos programas e projetos*. Agosto de 2011.
- NEVES, Italla Cristina. *Desterritorialização das famílias reassentadas no ruc jatobá, Altamira-PA: UFPA*, 2019. 91 f. Dissertação (Dissertação em Geografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Altamira, 2019.

NUNES, Patrícia Barbosa. *BELO MONTE E A EXTINÇÃO DOS BAIXÕES DE ALTAMIRA-PA: a difícil territorialização dos reassentados no RUC São Joaquim*: UFRGS, 2021. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

PEREIRA, D. L. *O ESPAÇO SOB UMA PERSPECTIVA INFANTIL: Um estudo no Reassentamento Urbano Coletivo São Joaquim em Altamira-Pará*: UFPA, 2021. 85 f. Dissertação (Dissertação em Geografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Altamira, 2021.

RAFFESTIN, C. *Por geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, M. M. *Território e desenvolvimento geográfico desigual na Amazônia: o caso da Usina hidrelétrica de Belo Monte / Marcos Rodrigues*. -- Porto Velho, RO, 2020. 216 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia.

SACK, R. *Human territoriality: its theory and history*, Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. 2ª. Ed. RJ: Consequência, 2015.

SILVA, Claudionir Borges da. *Corredores do Silêncio: territórios e territorialidades de resistência da cultura surda*. Porto Alegre: UFRGS, 2014. 205 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SOARES, Darismar Silva. *A cidade desigual e a segregação planejada: O caso dos reassentamentos urbanos coletivos em Altamira*: UFPA, 2022. 165 f. Dissertação (Dissertação em Geografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Altamira, 2022.

SOUZA, M. L. S. *Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, Eliseu. S. *Geografia e filosofia: contribuições para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: Edunesp, 2004.

SOBRE OS AUTORES

Bruno Alves dos Santos. Mestre em Geografia pelo PPGeo (UFPA) e Professor da Secretaria Municipal de Altamira. <https://orcid.org/0000-0003-4337-5219> . Email: basgeo10@gmail.com

José Queiroz de Miranda Neto. Doutor em Geografia, professor Associado da UFPA, membro do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo-UFPA) e coordenador do Laboratório de Estudos

Populacionais e Urbanos (FCAGEO-UFPA). <https://orcid.org/0000-0003-1939-4866> Email:
geoneto@msn.com